

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

2 a 6 de maio de 2022

Nesta Edição

- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

5G no Brasil

- **CCTCI realizará audiência pública para debater sobre os entraves para implantar o 5G.** A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, [requerimento](#) apresentado pela deputada **Perpétua Almeida** (PCdoB/AC), para realização de audiência pública com representantes das Agências Nacionais de Telecomunicações (ANATEL) e de Energia Elétrica (ANEEL); bem como do setor de telecomunicações para tratar dos problemas logísticos e de infraestrutura que podem se tornar entraves para a implantação do 5G no Brasil. Ainda não há data para realização da audiência. Com informações de: [Teletime](#)
- **Implantação do 5G no Brasil pode transformar Brasil em *hub* tecnológico.** Durante a cerimônia de posse do novo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), **Carlos Baigorri**, o ministro das Comunicações, **Fábio Faria**, afirmou que a celeridade para viabilizar a implantação da internet 5G no Brasil poderá transformá-lo em *hub* de tecnologias que posteriormente serão utilizadas em outros países. No entanto, levantamento feito pelo Movimento Antene-se divulgado, nesta semana, identifica que apenas 11 capitais atualizaram suas legislações sobre a instalação de antenas. A harmonização das leis municipais à [Lei nº 13.116/2015](#) (*Lei Geral das Antenas*) permite a

flexibilização do processo de licenciamento e agiliza a instalação das estruturas. Segundo dados do levantamento, mais de 43% dos municípios brasileiros vão editar pela primeira vez uma norma de telecomunicações, com a lei das antenas. Ainda, 83 municípios já atualizaram suas legislações e outros 36 têm projetos em tramitação. Com informações de: [Agência Brasil](#) e [Poder 360](#)

Propriedade Intelectual

- **Projeto que define margem de preferência para softwares abertos está sem relator.** Em virtude da saída do deputado **Christino Aureo** (PP/RJ) deixou de fazer parte da composição da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), caberá ao novo presidente do colegiado, deputado **Leônidas Cristino** (PDT/CE), indicar um novo relator para o [PL 10970/2018](#) (*margem de preferência para softwares abertos*) na Comissão). A matéria deverá ser deliberada, ainda, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, será remetido para análise do Senado Federal.

Inclusão Digital

- **Designado relator de projeto sobre acessibilidade eletrônica na CPD.** No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Deficiência (CPD), o deputado **Professor Joziel** (PATRIOTA-RJ) foi designado relator do [PL 4238/2021](#) (*acessibilidade eletrônica*). Foi, ainda, aberto prazo para recebimento de emendas ao projeto – o qual deve se estender até o fim da próxima semana. Após a apreciação pela CPD, a matéria será encaminhada para análise das Comissões de Educação (CE); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, seguirá para deliberação pelo Senado Federal.

Educação

- **CE aprova parecer a projeto que prevê a doação de aparelhos eletrônicos apreendidos a alunos da rede pública de ensino.** Foi aprovado, no âmbito da Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados, o [substitutivo](#) ao [PL 1906/2021](#), do deputado **Professor Israel Batista** (PV/DF). O projeto, que autoriza que aparelhos eletrônicos apreendidos dentro de estabelecimentos prisionais sejam doados a alunos da rede pública de ensino. A matéria segue, agora, às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o texto precisa seguir para apreciação do Senado Federal.
- **Audiência pública debate sobre contribuições para análise da aprendizagem.** A Comissão Especial destinada a analisar o [PL 6461/2019](#) (*Estatuto do Aprendiz*), em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, realizou nesta semana audiência pública com o tema “*Contribuições para a Análise da Aprendizagem*”. Dentre os

assuntos discutidos, destacam-se **(i)** a necessidade de revisão do Estatuto do aprendiz, para que os contratos permaneçam vinculados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de modo a garantir os direitos dos jovens; **(ii)** a importância de salvaguarda dos direitos e garantias dos jovens aprendizes, especialmente em um cenário de aumento da evasão escolar, do crescimento nos casos de transtornos mentais entre crianças e adolescentes e a crise econômica; **(iii)** a necessidade de fomento para contratação; **(iv)** definições mais claras dos papéis de cada ente público ou privado; e **(v)** as potenciais brechas nas bases de cálculo para a cota mínima de contratação. Para a procuradora do Trabalho e coordenadora Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, **Maria Villa Real**, é preciso fazer ajustes ao texto proposto. Com informações de: [ASCOM - ALEGO](#)

- **Relator apresenta novo parecer favorável a projeto que dispõe sobre linha de crédito pelo BNDES para pequenas empresas de educação.** Nesta semana, o deputado **Professor Israel Batista** (PSB/DF) leu, na Comissão de Educação (CE), o [novo parecer](#) do deputado Pedro Vilela (PSDB/AL) pela aprovação deste e dos apensados (PL 4160/2020 e PL 4809/2020) com substitutivo ao [PL 4154/2020](#) (*linha de crédito pelo BNDES para pequenas empresas de educação*). No novo parecer, o relator propõe a criação do Programa de Crédito às Instituições Privadas de Educação de Micro ou de Pequeno Porte (Pró-educação) em caráter permanente e retirou o dispositivo que trata sobre a proibição celebração do contrato de empréstimo com empresas que possuam condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil. Também ampliou o rol de instituições participantes para o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, bancos estaduais, agências de fomento estadual, cooperativas de crédito, as instituições integrantes do sistema de pagamentos brasileiro, entre outros, que poderão aderir ao programa e requerer garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Além disso, não foram feitas alterações, apenas de redação. A matéria foi, ao final da reunião deliberativa, retirada de pauta para vistas do deputado **Tiago Mitraud** (NOVO/MG).
- **Apresentado parecer ao projeto que veda a oferta de determinados cursos de graduação em EaD.** Foi apresentado pela deputada **Professora Marcivania** (PCdoB-AP), no âmbito da Comissão de Educação (CE), o [parecer](#) pela aprovação do [PL 1171/2019](#) (*proibição EAD em determinados cursos de graduação*) na forma do [substitutivo](#) aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que propôs a vedação educação à distância nos cursos de graduação da área da saúde, das engenharias, e de arquitetura e urbanismo. A matéria está pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão.
- **MEC disciplina sobre a habilitação de instituições para oferta de cursos técnicos.** O Ministério da Educação (MEC) publicou, nesta semana, a [Portaria nº 314/2022](#), que estabelece, dentre outros, os requisitos para a habilitação de instituições para oferta de cursos técnicos, como o Índice Geral de Cursos (IGC), Conceito Institucional (CI) e o CI-EaD, atuação em curso de graduação na área correlata ao curso técnico e excelência em oferta educativa. Além disso dispõe que os cursos devem estar listados [na tabela de mapeamento](#) editada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Dentre os cursos habilitados da área tecnológica, constam o

de **Técnico em Informática, Manutenção e Suporte e Desenvolvimento de Sistemas**. Também revoga as Portarias [MEC nº 1.718/2019](#), [Setec nº 62/2020](#) e [nº 48/2021](#), que disciplinavam a oferta de cursos e procedimentos anteriormente;

PD&I

- **CCTCI irá criar Subcomissão Especial para debater e apresentar proposta para uma Política Nacional de Semicondutores.** A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou [requerimento](#) apresentado pelo presidente da Comissão, deputado **Milton Coelho** (PSB/PE), para a criação de Subcomissão Especial para debater e apresentar propostas para uma política nacional de semicondutores para a promoção da indústria nacional e a fabricação interna de chips. Ainda não há data para instalação da subcomissão.

Economia & Tributação

- **Ganha impulso na CFT proposta que amplia a tabela do Simples Nacional.** O novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), deputado **Marco Bertaiolli** (PSD/SP) afirmou que pretende aprovar o projeto que amplia a tabela do Simples Nacional ([PLP 108/2021](#)) até o fim do ano para que os novos valores comecem a vigorar já no ano fiscal de 2022, a ser apurado em 2023. O [substitutivo](#) apresentado, nesta quinta-feira (5), por Bertaiolli à Comissão altera de R\$ 81 mil para R\$ 137 mil o teto de faturamento para se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), de R\$ 360 mil para R\$ 847 mil o de microempresas e de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,7 milhões o de Empresas de Pequeno Porte (EPP). Os grandes obstáculos, segundo o relator, serão a Receita Federal (RFB), por seu impacto na arrecadação do Governo, e os Estados, devido às perdas de receitas. O [requerimento](#) apresentado por Bertaiolli, aprovado pela CFT, prevê a realização de audiência pública com associações empresariais, representantes do Ministério da Economia e da Receita Federal. A expectativa é de que seja agendada já para a próxima semana. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
- **Reforma do Imposto de Renda: Câmara quer incluir o Refis para grandes empresas.** Em declaração dada à veículo da imprensa o líder do governo na Câmara dos Deputados, o deputado **Ricardo Barros** (PP/PR) afirmou que a Casa pretende incluir o parcelamento de débitos tributários (Refis) de médias e grandes empresas à Reforma do Imposto de Renda, que tramita no Senado Federal. A [PEC 110/2019](#) (*Reforma do Imposto de Renda*) continua a enfrentar resistência por parte dos senadores e a tentativa da Câmara é vista como uma pressão para que o Senado aprove a Reforma. O presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG) admitiu que é possível incluir o Refis no projeto, porém cobrou que os deputados analisem o texto do programa de renegociação de dívidas ([PL 4728/2020](#)) aprovado no ano passado pelos senadores. Para Barros, a estratégia da Câmara pode acelerar a aprovação do projeto, embora a equipe econômica seja contra, pois sendo aprovado no Senado, voltaria à Câmara sob a promessa do presidente da Casa, **Arthur Lira** (PP/AL), de pautar a votação do texto tão logo seja remetida à Mesa.

Um acordo entre os presidentes das duas Casas e os líderes partidários é, no entanto, que o escopo da medida precisa ser reduzido.

- » Já no Senado, **Rodrigo Pacheco** tem articulado para que a PEC 110/2019 volte a tramitar com enfoque apenas no imposto das empresas e tributação de dividendos. Especula-se, portanto, que a relatoria da matéria seja designada para outro senador, uma vez que o senador **Ângelo Coronel** (PSD/BA) rejeitou as mudanças do IRPJ aprovadas na Câmara e apresentou parecer apenas com atualização da tabela do IRPF. Coronel e Pacheco irão se reunir na próxima semana para discutir o assunto. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#) e [O Globo](#)
- **Vai à Câmara PEC da Economia Solidária.** O Plenário do Senado Federal aprovou, em segundo, a [PEC 69/2019](#) (*Economia Solidária*). A proposta já havia sido aprovada em Plenário, em primeiro turno, em 16 de dezembro de 2021, por 56 votos favoráveis e nove contrários, nos termos do [parecer](#) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de fevereiro de 2020, de autoria do senador **Alessandro Vieira** (PSDB-SE). Para sua aprovação. A matéria segue agora para deliberação da Câmara dos Deputados.

Consumidor

- **CDC aprova parecer de projeto sobre condições de atendimento a PCD ou com mobilidade reduzida.** A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o [substituto](#) ao [PL 224/2019](#), que estabelece as medidas de inclusão no mercado a serem adotadas por fornecedores no atendimento de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, apresentado pelo deputado **Gilson Marques** (NOVO/SC). Marques apresentou, ainda, [voto](#) em separado. A matéria será analisada, ainda, pelas Comissões de Direito das Pessoas com Deficiência (CPD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria deverá passar também por deliberação no Senado Federal.

Trabalhista

- **Costa Filho retoma a relatoria de projeto que regulamenta profissões da informática.** Em virtude do retorno do deputado **Silvio Costa Filho** (REP/PE) à composição da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Costa Filho retoma, também, a relatoria do [PL 3065/2015](#) (*Regulamentação das profissões da informática*). Após apreciação da CTASP, a matéria será analisada pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto seguirá para apreciação do Senado Federal.
- **Medida Provisória institui Programa Emprega + Mulheres e Jovens.** Foi publicada, no Diário Oficial da União – DOU desta semana, a [Medida Provisória nº 1.116/2022](#), que institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, para inserção e manutenção desse público no mercado de trabalho. A MPV cria medidas para impulsionar a empregabilidade das mulheres, como a [flexibilização do regime de trabalho](#) – com adoção de jornada parcial

e banco de horas, por exemplo –, qualificação em áreas estratégicas a fim de estimular a ascensão profissional e apoio na volta ao trabalho após a licença-maternidade.

- » A MPV também prevê, dentre outros, o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de despesas com qualificação profissional, ficando a cargo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) o estabelecimento de regras e valores para o seu cumprimento. O Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) estabelecerá, ainda, as áreas de qualificação profissional prioritárias.
 - » Será criado ainda o “Selo Emprega + Mulher”, com objetivo de estimular nas empresas a adoção de boas práticas para a contratação, a ocupação de postos de liderança e a ascensão profissional das mulheres. No caso dos jovens, a MPV cria o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendiz. As empresas participantes terão benefícios, e a ideia é estimular a contratação de 250 mil adolescentes e jovens em 2022. O prazo máximo para a permanência na aprendizagem passará dos atuais dois para três anos.
- **Decreto altera Programa Jovem Aprendiz.** O presidente **Jair Bolsonaro** (PL) editou, nesta semana, o [Decreto nº11.061/2022](#), que altera o Programa Jovem Aprendiz, com vistas a modernizar as regras de aprendizagem profissional, estabelecendo mecanismos que aumentem o número de aprendizes, a empregabilidade de jovens e a efetividade da inclusão de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.
- » Dentre as alterações, destaca-se a retirada idade máxima de 24 anos, do exercício da atividade de aprendiz para pessoas com deficiência (que podem ser contratadas a partir de 14 anos) e aprendizes inscritos em programas de aprendizagem que envolvem atividades vedadas a menores de 21 anos, podendo ter até 29 anos. Também pode-se ressaltar, alterações nas cotas de contratação, contando como o dobro a **(I)** contratação de egressos do sistema socioeducativo ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas, **(II)** estejam em cumprimento de pena, **(III)** integrem famílias beneficiárias do auxílio Brasil dentre outros.
 - » A lei entra em vigor na data de publicação, exceto as partes que dispõe sobre: **(i)** possibilidade de prorrogação do contrato de aprendizagem por meio de aditivo contratual e anotação na CTPS, respeitando o prazo máximo; **(ii)** o cálculo da cota de aprendizagem observar a média da quantidade de trabalhadores existentes; **(iii)** o estabelecimento contratante, em caso de não constituir embaraço a realização de atividades práticas, poderá contratar em entidades de formação técnico-profissional ou em entidades concedentes da experiência do aprendiz; **(iv)** a instituição que os percentuais a serem cumpridos na forma alternativa e no sistema regular deveriam constar do termo de compromisso firmado com o MTP, com objetivo do cumprimento integral da cota de aprendizagem – 60 dias após a publicação; e **(a)** a necessidade de divulgação, pelo MTP, de mapeamento da demanda por formação profissional; **(b)** a criação de repositório, pelo MTP, de programas de aprendizagem profissional; **(c)** a necessidade das entidades citadas manterem cadastro atualizado de aprendizes matriculados em seus cursos, em plataforma eletrônica; **(d)** realização do censo da aprendizagem profissional, que acontecerá a cada 2 anos – em 1º de janeiro de 2023.

Saúde

- **CFM regulamenta a telemedicina no país.** O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou, nesta semana, a [Resolução nº 2.314/2022](#), que define e regulamenta a telemedicina como forma de cercos médicos mediados por tecnologias de comunicação.

A medida estabelece as regras para o atendimento a distância, disciplinando as suas diversas modalidades (teleconsulta; teleinterconsulta; telediagnóstico; telecirurgia; telemonitoramento ou televigilância; teletriagem; teleconsultoria). Pela nova resolução, os planos de saúde poderão decidir oferecer atendimentos por teleconsulta ou não. O médico poderá optar pelo tipo de consulta que quer fazer, e indicará o atendimento presencial se considerar necessário. Os médicos estão autorizados a emitir atestados ou receitas médicas desde que assinados eletronicamente e acompanhados de informações do profissional. Com informações de: [Poder 360](#)

Administração Pública

- **Designado relator ao projeto que determina exclusividade da União na prestação de serviços de TI.** No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), o deputado **Otto Alencar Filho** (PSD/BA) foi designado relator do [PL 2270/2021](#) (*exclusividade da União na prestação de serviços de TI*), tendo sido aberto, ainda, o prazo para recebimento de emendas ao projeto – o qual deve se estender até o fim da próxima semana. Se aprovado, o projeto precisa passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) antes de seguir ao Senado Federal.
- **Anatel divulga Relatório Anual de Gestão 2021.** Foi divulgado, em 2 de maio pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o [Relatório Anual de Gestão 2021](#), que traz pontos relacionados à gestão interna da Agência; balanço político-econômico do setor de telecomunicações; e a atuação a agência nas principais pautas regulatórias do setor de telecomunicações. Dentre outros, o balanço trouxe **(i)** as principais normas aprovadas no setor de telecomunicações; **(ii)** informações sobre o leilão do 5G; **(iii)** as vertentes para o futuro do setor de telecomunicações; **(iv)** os desafios para o futuro com relação à cibersegurança e proteção de dados.
- **Portaria disciplina a implementação da Plataforma de Serviços Digitais (Conecta-TCU).** Foi publicada, no Diário Oficial da União – DOU desta semana, a Portaria nº 2/2022, que dispõe sobre a implementação e da utilização da Plataforma de Serviços Digitais (Conecta-TCU) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e estabelece procedimentos e responsabilidades para atendimento a demandas do Tribunal de Contas da União (TCU). O Conecta-TCU permitirá o acesso on-line a informações referentes a deliberações, processos e recursos, envio de documentos e de resposta a comunicações, determinações e recomendações. Também oferecerá um conjunto de serviços visando facilitar o acesso a processos, a organização e o uso de informações e de controles, a formulação e acompanhamento de peticionamentos diversos, como de prorrogação de prazo, de interposição de recurso, de acesso a informações.
- **CCTCI irá convidar MCTI e MCom a apresentarem seus planos de trabalho.** A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, dois requerimentos ([REQ 1/2022](#) e [REQ 2/2022](#)) apresentados pelo presidente da Comissão, deputado **Milton Coelho** (PSB/PE), que convidam os ministros da Ciência,

Tecnologia e Inovações, **Paulo Alvim**, e das Comunicações, **Fábio Faria**, a apresentar os planos de trabalho de 2022 das duas pastas. Segundo Coelho, é preciso discutir a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), uma vez que a empresa é estratégica, especialmente com o atual cenário de 5G e a questão da escassez de semicondutores, insumo chave para o desenvolvimento da tecnologia e do país. Com informações de: [Teletime](#)

- **Instituído GT de Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica do GSI-PR.** Foi [instituído](#), no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR), o Grupo de Trabalho (GT) de Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica, colegiado de assessoramento destinado, dentre outros, a **(i)** realizar a revisão anual do Plano Estratégico Institucional do GSI; e **(ii)** implementar o processo de monitoramento digital do Plano.
- **MCTI regulamenta a Gestão de Portfólio, Programas e Projetos.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) publicou, nesta semana, a [Portaria nº 5.847/2022](#), pela qual aprova o regulamento de Gestão de Portfólio, Programas e Projetos, com objetivo de estabelecer princípios, objetivos, instrumentos, fluxo macro de gerenciamento de portfólio, programas e projetos no âmbito do Ministério. Estabelece que a Gestão de Portfólio tem por objetivos: **(I)** o aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade dos resultados dos programas e projetos; **(II)** estabelecer um *framework* comum para gerenciamento de portfólio; **(III)** promover a disseminação de informações gerenciais com qualidade, tempestividade e confiabilidade. Ressalta-se que o Portfólio Estratégico será composto por programas ou projetos aprovados pelo Ministro da pasta.
 - » A portaria também cria o Comitê de Priorização de Projetos, com natureza consultiva e propositiva, com atribuições de: **(i)** avaliar e opinar sobre a seleção e a priorização de programas, projetos e iniciativas; **(ii)** indicar as propostas que irão compor o banco de ideias de projetos e iniciativas; **(iii)** opinar sobre a revisão, quando necessário, do portfólio estratégico de projetos; e **(iv)** opinar sobre os critérios para priorização de projetos e programas que considere adequados às especificidades do Ministério. A aprovação de programas ou projetos será precedida de análise pelo Comitê, após avaliação prévia realizada pela Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos (SEFIP/MCTI). Fica vedada a criação de subcolegiados no âmbito do Comitê.

Consultas & Compras Públicas

- **SERPRO prorroga consulta pública sobre especificações técnicas e condições contratuais de rede sem fio *indoor* com tecnologia Wifi 6.** O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), vinculado ao Ministério da Economia (ME) [prorrogou](#), para até 11 de maio, o prazo de contribuições à [Consulta Pública nº 390/2022](#) que visa validar com o mercado as especificações técnicas e condições contratuais para futura aquisição de solução completa de rede sem fio *indoor*, baseada na tecnologia Wifi 6, para os ambientes de conectividade do Serpro. Os interessados poderão obter o edital e informações adicionais no *link* acima. As contribuições, assim como outras considerações devem ser enviadas para o e-mail cp-wifi@serpro.gov.br.

Nomeações

- **Decreto altera a composição do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República.** Foi publicado, nesta semana, o [Decreto nº 11.060/2022](#), que acrescenta, à composição do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República, instituído em 2019 e reformulado pelo [Decreto nº 10.433/2020](#), o encarregado pelo tratamento de dados pessoais da Presidência da República.
- **MCTI designa nova coordenadora-geral de Ambientes Inovadores e Startups.** Foi [designada](#) [Ederlene Tavares Ferreira Lessa](#) para exercer o encargo de coordenadora-geral de Ambientes Inovadores e Startups, no Departamento de Empreendedorismo Inovador, vinculado à Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (SEI/MCTI).
- **MCom dá nova composição ao Conselho Gestor do FUST.** O Ministério das Comunicações divulgou, nesta semana, a [nova relação nominal](#) dos membros a compor o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CGFUST). Estarão representados os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); da Economia (ME); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e da Educação (MEC); bem como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), dentre outros.
- **Conselho Consultivo da ANATEL sofre alterações.** Esta semana, o Ministério das Comunicações (MCom) promoveu, por meio de [Decretos](#), alterações na composição do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A saber: **(i)** fica dispensada [Nathalia Almeida de Souza Lobo](#), por renúncia, a partir de 14 de abril de 2022; **(ii)** foram, ainda, designados os seguintes membros:
 - » [Gabriella Nascimento Santos](#), representante do Poder Executivo, na vaga decorrente da renúncia de Nathalia Almeida de Souza Lobo, [até 16 de fevereiro de 2025](#);
 - » [Luiz Eduardo Lemos de Almeida](#), representante das entidades representativas da sociedade, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Almeida Bortoletto, [até 16 de fevereiro de 2023](#);
 - » [Fabio Pedro Zacharias](#), representante das entidades representativas da sociedade, na vaga decorrente do término do mandato de Israel Dulcimar Teixeira, [até 16 de fevereiro de 2025](#);
 - » [José Alexandre Novaes Bicalho](#), representante das entidades de **classe das prestadoras de serviços de telecomunicações**, na vaga decorrente do término do mandato de Jony Cruz, [até 16 de fevereiro de 2025](#);
 - » [Leonardo Almeida Bortoletto](#), representante do Senado Federal, na vaga decorrente do término do mandato de Marcus Augustus Martins, [até 16 de fevereiro de 2025](#);
 - » [Fábio Veras de Souza](#), representante do Senado Federal, na vaga decorrente do término do mandato de João Carlos Barizon, [até 16 de fevereiro de 2024](#); e

- » Luciano Godoi Martins, para o cargo de Ouvidor, na vaga decorrente do término do mandato de Thiago Cardoso Henriques Botelho, por três anos.
- **MCTI exonera diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios.** No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), foi exonerado da Agência Espacial Brasileira (AEB), Herbert Kimura do cargo de diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios.
- **MTur designa coordenador-geral de Infraestrutura de Tecnologias.** Foi designado, para exercer a função de coordenador-geral de Infraestrutura de Tecnologias, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação do Ministério do Turismo (STII/MTur), Jaime Heleno Correa de Lisboa.
- **MAPA empresta funcionário da Embrapa para o cargo de coordenador-geral de Estudos de Ciência, Tecnologia e Inovações da SAE-PR.** Fica efetivada a requisição de José Carlos Polidoro, funcionário público de carreira do quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para exercer o cargo de Coordenador-Geral de Estudos de Ciência, Tecnologia e Inovações da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovações, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da PR (SAE/PR).
- **ME promove mais alterações em seu quadro administrativo.** Nesta semana o Ministério da Economia (ME) promoveu mais alterações em seu quadro de funcionários na Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM) e nas Secretarias Especial de Produtividade e Competitividade (SEPEC); Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (SEDDM); Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT); e Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGGD). A saber:
 - » A Portaria CC/ME nº 478/2022, que nomeia Bruno Monteiro Portela, para exercer o cargo de secretário de Inovação e Micro e Pequenas Empresas da SEPEC;
 - » A Portaria CC/ME nº 460/2022, que nomeia Marilia Moreira Garcez, para exercer o cargo de secretária de Desestatização e Desinvestimento da SEDDM;
 - » A Portaria CC/ME nº 472/2022, que nomeia Fabio Pucci Martins, para exercer o cargo de subsecretário de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/SECINT);
 - » A Portaria SECINT/ME nº 4.308/2022, que designa Rafael Lameiro da Costa Rocha para o cargo de coordenador-geral de Facilitação de Comércio da Subsecretaria de Facilitação de Comércio Exterior e Internacionalização (SUEXT/SECEX);
 - » A Portaria CC/ME nº 467/2022, que nomeia Leonardo Rodrigo Ferreira, para exercer o cargo de diretor do Departamento de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital (SGD/SEDGGD);
 - » A Portaria CC/ME nº 473/2022, que nomeia Emmanuelle Regiane Cunha de Oliveira, para exercer o cargo de diretora do Departamento de Inteligência de Dados da Secretaria de Governo Digital (SGD/SEGDD);
 - » A Portaria ASCOM/ME nº 4.634/2022, que designa Tiago Miranda Marques, para exercer a função de coordenador-geral de Internet e Mídias Digitais (ASCOM);

- » A [Portaria CC/ME nº 456/2022](#), que nomeia Thiago Waltz Alves, para exercer o cargo de diretor do Departamento de Plataformas da Secretaria de Governo Digital (SGD/SEDGGD);
 - » A [Portaria CC/ME nº 464/2022](#), que nomeia Luiz Carlos Miyadaira Ribeiro Junior, para exercer o cargo de diretor do Departamento de Canais e Identidade Digital da Secretaria de Governo Digital (SGD/SEDGGD); e
 - » A [Portaria de Pessoal SE/ME nº 4.504/2022](#), que designa Helen Maria Cirqueira da Silva, para exercer a Função de Coordenadora de Integridade de Soluções de TI, da Coordenação-Geral de Arquitetura e Desenvolvimento de Sistemas, do Departamento de Soluções Digitais e Informações Gerenciais, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP/SEDGGD).
- **MMFDH designa representante ao CDUST da Anatel.** Foi designado como representante suplente da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH), para compor o Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), Sérgio Paulo da Silveira Nascimento.
- **ME nomeia diretor de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas do INPI.** Fica designado Felipe Augusto Melo de Oliveira como diretor de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), vinculado ao Ministério da Economia (ME).

Agendas de Destaque

- O ministro das Comunicações, **Fábio Faria** falou, durante cerimônia de posse do Presidente e de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, sobre a importância da implementação do 5G no país: "O que é novo hoje será obsoleto amanhã e, se a gente atrasar, ficará para trás", enfatizou.
- O ministro da Educação, **Victor Godoy**, celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), cujo objetivo é a implementação do projeto "Ecosistema de Inovação e Soluções Digitais Educacionais" que vai permitir a disponibilização de soluções digitais para aproximadamente 138 mil redes educacionais, ação que pretende beneficiar cerca de 38 milhões de estudantes.